

298

190

EDIR 0143

# Universidade discute a educação indígena

**A 12ª Semana de Pedagogia tem em pauta a educação indígena, com a preservação da cultura e língua**

A problemática educacional dos povos indígenas foi um dos temas discutidos na 12ª Semana de Pedagogia promovida pela Universidade do Amazonas, em março deste ano. Convidado para falar sobre o assunto, o coordenador geral do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), Benjamim Castro, 27, defendeu um ensino público voltado à realidade da educação indígena, como a preservação da cultura, da língua materna e principalmente, o acesso sem discriminação às escolas.

Na Semana de Pedagogia, o coordenador do Meiam relatou historicamente, como a educação chegava nas áreas indígenas: "Antigamente, as igrejas católica e protestante eram responsáveis pela educação dos índios; logo depois a Secretaria de Educação e a Funai firmaram convênios com as missões religiosas e assim trabalharam durante muito tempo. Hoje, cada aluno indígena escolhe um caminho de formação perante a sociedade brasileira, enfrentando vários problemas principalmente porque o currículo escolar nunca respeita a cultura étnica da população indígena", declarou o coordenador do Movimento dos Estudantes Indígenas.

Segundo Benjamim Castro, que pertence ao povo Piratupitã do Alto Rio Negro, hoje, cerca de 100 índios estão estudando em Manaus, a maioria deles nas escolas agrícolas como Rãinha dos Apóstolos, Escola Agrotécnica de Manaus e na Escola Adventista em Iranduba. Os demais índios estão nas escolas públicas do Estado.

Ageu da Silva Vilásio, 16 anos, da tribo Sateré-Mawé, é estudante da 4ª série na escola Tomé de Medeiros Raposo, localizada no Conjunto Ilhéia. Está em Manaus há três meses e disse estar sentindo algumas dificuldades na "escola do branco". "No primeiro dia de aula, cheguei com um colar indígena e a professora perguntou se eu era índio. Afirmei que sim, dizendo de onde vinha. Os colegas começaram a rir e mandaram eu voltar para o mato, lugar onde índio mora", contou Curumim Rim (nome indígena de Ageu).

Além desse sinal de discriminação, consequência da má formação e orientação dos alunos "brancos", o estudante indígena também sofre porque ainda não está definida a série compatível com o seu nível de escolaridade. Ageu Vilásio está fazendo vários testes a fim de passar da 4ª para a 5ª série.

O coordenador do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas, Benjamim Castro, disse que um dos objetivos do movimento é lutar contra as discriminações tanto por parte do branco quanto do próprio índio. "Muitos deles têm medo ou vergonha de dizer que é índio, talvez pelo fato



Ageu (Curumim Rim), sateré-mawé, faz a 4ª série na escola Tomé Raposo

de ainda se sentirem discriminados pela sociedade".

O Meiam forneceu uma lista de escolas públicas onde vários índios estudam aqui em Manaus: Olga Falcone (Conj. Santos Dumont), Ana Maria de Souza Barros (Mauazinho), Eulina Borges de Sá (Compensa II), João Valente (Bethânia), Maria da Luz Calderaro (Ilhéia), Solon de Luce-

A Escola Técnica de Mineração, localizada na avenida Brasil, Compensa, foi outro centro de formação aqui em Manaus onde 16 índios de várias etnias estudaram, no período de 1986 a 1992.

"Quando a escola foi criada, a Paranapanema (empresa que mantém a Escola de Mineração) estava realizando pesquisas na área do Alto Rio Negro, onde existem várias nações indígenas. Foi feito um acordo no sentido de formar os índios como técnicos em mineração. A empresa também era responsável pela alimentação e moradia. E assim foi feito. Os índios vieram e estudaram conosco", explicou o diretor da Escola de Mineração, Antônio Carlos Nascimento. Segundo ele, dos 16 índios que vieram do Alto Rio Negro, 12 conseguiram concluir o curso, entre eles, Antônio Marcelino da nação Macuxi, que atualmente não exerce a profissão de Técnico em Mineração, mas é líder indígena em Koraima. Manuel Lizardo, índio Baré, abandonou o curso no 2º ano, assim como João da Cruz Ferreira, da tribo Tukano, hoje funcionário da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira.

Depois de 1992, último ano em que alguns alunos indígenas se formaram, ainda vieram mais 2

de São Gabriel da Cachoeira, mas desistiram logo no primeiro ano", afirma Antônio Carlos Nascimento. As desistências ocorreram, principalmente porque os estudantes não acompanhavam o programa de ensino da Escola de Mineração. "Eles não tinham base quando chegavam aqui", afirma o diretor da escola.

Benjamim Castro, coordenador do Meiam, foi um dos que veio do Alto Rio Negro para estudar na Escola de Mineração e não chegou a concluir o curso. Ele disse que muitos desistiram porque a Paranapanema não cumpriu o acordo. "No começo a empresa pagava uma casa para a gente morar e fornecia alimentação, mas depois nos abandonou. Por isso muitos voltaram para as suas regiões de origem", afirma Diami (nome indígena de Benjamim).

O diretor da Escola de Mineração negou a acusação do ex-alu-

no. "A empresa cumpriu o acordo até 1992, último ano que realizou pesquisas em mineração na região do Alto Rio Negro. Depois que o trabalho terminou naquela área, a Paranapanema não tinha mais nenhuma obrigação de custear os alunos da escola. Mesmo assim, alguns ainda vieram, mas desistiram", argumenta Antônio Carlos.

## Adaptação à língua é difícil

Um dos problemas que a população indígena enfrenta ao entrar na escola pública do branco para estudar é a adaptação à língua portuguesa. Até hoje, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais não cumpriram o artigo 210, parágrafo 2º da Constituição Brasileira que diz: "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, asseguradas às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

A dificuldade em aprender a língua portuguesa foi notada quando a reportagem deste jornal entrevis-

tou os alunos índios. Ageu da Silva Vilásio foi um dos que sugeriu uma escola especial para os índios. "Se os livros e cartilhas tivessem também a nossa língua seria mais fácil para nós aprender", afirmou Curumim Rim (nome indígena de Ageu), trocando na concordância verbal.

"O governo diz que a cultura indígena é muito rica, mas nunca se pensou em acrescentar no currículo escolar uma língua indígena. Com esta falta de interesse, a nossa cultura está sendo cada vez mais esquecida pela sociedade amazonesa", afirmou o coordenador do Meiam, Benjamim Castro.